

OS HOSPITAIS UNIVERSITÁRIOS E GESTÃO EBSERH: RESISTÊNCIA, TRABALHO E FORMAÇÃO EM SAÚDE

University hospitals and EBSERH Management: resistance, work and health Teaching

Cássio Henrique Alves de Oliveira
Universidade Federal de Goiás (UFG), Goiânia, GO, Brasil.

Cristiane Lopes Simão Lemos
Universidade Federal de Goiás (UFG), Goiânia, GO, Brasil.

Jacqueline Rodrigues de Lima
Universidade Federal de Goiás (UFG), Goiânia, GO, Brasil.

Informações do artigo

Recebido em 01/06/2024

Aceito em 05/06/2025

doi: <https://doi.org/10.25247/2447-861X.2025.n265.p399-421>

Copyright (c) 2025 Cássio Henrique Alves de Oliveira,
Cristiane Lopes Simão Lemos
e Jacqueline Rodrigues de Lima.



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Você é livre para:

Compartilhar — copiar e redistribuir o material em qualquer meio ou formato.

Adaptar — remixar, transformar e construir sobre o material para qualquer finalidade, mesmo comercialmente.

Como ser citado (modelo ABNT)

OLIVEIRA, Cássio Henrique Alves de;
LEMOs, Cristiane Lopes Simão;
LIMA, Jacqueline Rodrigues de. Os hospitais universitários e gestão EBSERH: resistência, trabalho e formação em saúde. **Cadernos do CEAS: Revista Crítica de Humanidades**. Salvador/Recife, v. 50, n. 265, p. 399-421, maio/ago. 2025. DOI: <https://doi.org/10.25247/2447-861X.2025.n265.p399-421>

Resumo

A Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH) foi criada em 2011 com a promessa de resolver os problemas financeiros e de recursos humanos dos hospitais universitários federais (HUF). O objetivo deste estudo foi analisar os impactos da adesão à EBSERH para o controle social, trabalho e formação em saúde nos hospitais universitários federais. Foi realizada uma revisão sistemática que resultou na seleção de 22 estudos que retratam as perspectivas após adesão à EBSERH para os HUF. Foram identificados três temas centrais: A resistência no processo de adesão; O trabalho nos HUF; a formação em saúde: o tripé ensino/pesquisa/extensão. Em relação ao controle social, as produções marcaram a ausência de democracia e diálogo no processo de adesão. Em relação ao trabalho, o acirramento das relações de precarização com a persistência da insuficiência do quadro de trabalhadores(as), perda de direitos trabalhistas e piora das condições de trabalho. Em relação à formação em saúde, contradições em relação à filosofia dos HUF considerando o tripé ensino/pesquisa/extensão orientada pelos princípios do SUS e da universidade pública e gratuita, em confronto com a lógica empresarial mercadológica da EBSERH.

Palavras-chave: Hospital Universitário Federal. Trabalho em Saúde. Formação em Saúde.

Abstract

The Brazilian Hospital Services Company was created in 2011 with the promise of solving the financial and human resources problems of federal university hospitals. The objective of this study was to analyze the impacts of adherence to company to social control, work and health training in federal university hospitals. A systematic review was carried out which resulted in the selection of 22 studies that portray the perspectives after joining the company for hospitals. Three central themes were identified: Resistance in the accession process; Work in the hospitals; health training: the teaching/research/extension tripod. In relation to social control, the productions marked the absence of democracy and dialogue in the accession process. In relation to work, the intensification of precarious relationships with the persistence of insufficient workforce, loss of labor rights and worsening of working conditions. In relation to health training, contradictions in relation to the hospitals philosophy considering the teaching/research/extension tripod guided by the principles of the public health system and the free public university, in comparison with the marketing business logic of company.

Keywords: Federal University Hospital. Work in Health. Teaching in Health.

INTRODUÇÃO

Os Hospitais Universitários Federais (HUF) são instituições cuja gestão está subordinada a uma Universidade Federal e possuem vínculos com o Ministério da Educação (MEC) e o Ministério da Saúde (MS) (Brasil, 2019). Estas instituições oferecem serviços de saúde de alta complexidade à população, formam recursos humanos na área da saúde, promovem a educação contínua dos profissionais de saúde, realizam pesquisas clínicas e desenvolvem novas tecnologias em saúde (Sodre, 2013; Guimarães, 2015).

O Hospital das Clínicas vinculado à Universidade Federal da Bahia foi o primeiro Hospital Universitário Federal do país, criado em 1948. Entre as décadas de 1950 e 1970, muitos HUF surgiram com a criação das universidades federais em todo o país (Luccas, 2016; Almeida Neto, 2001). Atualmente, a rede de hospitais universitários federais é formada por 51 hospitais vinculados a 36 universidades federais (Brasil, 2024).

Com a criação do SUS, foi estabelecida no artigo 45 da Lei 8080/90, a integração dos serviços dos hospitais universitários e de ensino ao Sistema Único de Saúde por meio de convênio. Assim, inaugurou-se a transição de hospital escola que atendia aqueles que não tinham acesso ao Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social, para hospitais gerais vinculados ao SUS, com atendimento gratuito, embora a gestão permanesse com o Ministério da Educação (MEC) (Barros, 2013).

Os HUF passam a desempenhar, além da assistência à saúde, um papel central na formação profissional em saúde, articulada ao tripé ensino/pesquisa/extensão e aos princípios do SUS: universalidade, igualdade, integralidade, participação da comunidade, regionalização, hierarquização e descentralização. Incorporam em suas bases a ideia de saúde como direito social, em detrimento da ideia de saúde como mercadoria a ser oferecida em um mercado competitivo (Paim, 2009).

Neste sentido, os HUF se integram aos ideais do movimento da reforma sanitária brasileira, atuando na integração ensino-serviço, no processo de ensino-aprendizagem articulado com as redes de atenção, na compreensão da determinação social da saúde, no trabalho interdisciplinar e nos processos gerais de produção de conhecimentos, ensino e aprendizagem (Medici, 2001; Brasil, 2007).

Trata-se, assim, "de uma rede complexa, que se articula com duas das mais importantes áreas de políticas públicas sociais em qualquer país que almeje construir um

sistema de proteção social: as áreas de saúde e de educação” (Borges, Barcelos, Rodrigues, 2018, p.81).

Apesar de sua relevância nacional no cenário da formação em saúde, assistência e desenvolvimento de novas tecnologias, os HUF têm historicamente sofrido problemas relacionados com o subfinanciamento e a insuficiência de recursos humanos, levando ao processo de terceirização e privatização desses hospitais (Mendes, Marques, 2009; Brasil, 2010; Rosa, 2019).

Em um contexto mais amplo, o movimento de terceirizações e privatizações dos HUF está alinhado às exigências do mercado internacional iniciadas na década de 1980, focadas em reformas na administração pública e caracterizadas por políticas neoliberais. Nas economias periféricas latino-americanas, o neoliberalismo foi praticamente imposto: os Estados Unidos, o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial, mediante recomendações do Consenso de Washington, exigiram que os governos latino-americanos “reduzissem” as políticas sociais ofertadas pelo Estado (Teixeira, 1996). Isto acontece diante de:

“uma crise do capitalismo marcada pelas tendências de queda da lucratividade e a expansão do poder do capital fictício, o Estado capitalista tem desempenhado o papel-chave para assegurar contratendências à queda da lucratividade do setor produtivo, resultando em ajustes fiscais permanentes, materializando um processo de avalanche de perda de direitos sociais, inclusive o direito à saúde (Mendes, Carnut, 2020, p.12).

Neste sentido o subfinanciamento histórico/crônico do SUS pode ser compreendido a partir da crise capitalista contemporânea, com o Estado capitalista atuando no sentido de restringir o orçamento público, em decorrência de ajustes fiscais adotados pelos governos. Tais ajustes respondem às exigências do capital portador de juros (financeiro) e, em sua forma mais perversa, do capital fictício, que busca se apropriar do fundo público. É nesta perspectiva que, o Estado brasileiro passa a realizar elevadas transferências de recursos ao setor privado utilizando-se de modalidades privatizantes de gestão, como Organizações Sociais, Organização da Sociedade Civil de Interesse Público e Fundações Estatais Públicas de Direito Público/Privado (Mendes, Carnut, 2020).

O subfinanciamento crônico dos HUF se inscreve neste contexto histórico descrito acima. Apesar de várias tentativas de operacionalizar o financiamento como a criação do

Programa de Reestruturação em 2004 e o Programa de Reestruturação dos Hospitais Universitários Federais (REHUF) em 2010 (atualmente a principal fonte de financiamento dos HUF oriunda do governo federal), várias problemáticas persistem, tais como: Ampliação das terceirizações, descontrole na contratação de pessoal na administração pública federal, problemas de precarização do trabalho relacionado com as contratações pelas fundações de apoio e ausência de concursos públicos (Borges, Barcelos, Rodrigues, 2018; Fernandes, 2017; Cardoso, 2014; Correia, 2014; Mendes, Marques, 2009; Brasil, 2010; Rosa, 2019).

É diante destas dificuldades que foi criada a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSEH) em 31 de dezembro de 2010, por meio da Medida Provisória (MP) 520/2010. Em 15 de dezembro de 2011, a EBSEH foi instituída por meio da Lei 12.550/2011 (Brasil, 2011), e a adesão a esta empresa passou a ser estimulada pelo governo federal como a única proposta possível para gerir as problemáticas de financiamento e de recursos humanos (Fernandes, 2017).

Do total de 51 HUF ligados a 36 universidades federais, 41 hospitais estão sob gestão da EBSEH (EBSEH, 2023). Esse processo de implantação foi bastante tumultuado em diversas universidades, principalmente pelos movimentos de resistência protagonizados pelos sindicatos de docentes, técnicos administrativos, movimento estudantil e Conselhos de Saúde, que questionavam o modelo de gestão e a inserção da filosofia empresarial da EBSEH em um espaço público (Fernandes, 2017; Cardoso, 2014; Correia, 2014).

No processo de implantação das EBSEH nos Conselhos Universitários das universidades houve várias preocupações como: perda da autonomia universitária, o aumento da precarização do trabalho, a falta de concursos, problemas no processo formativo e de produção de conhecimento e a perda das referências da filosofia do SUS em prol da filosofia de um modelo privado de gestão (Aguiar, 2015; Medici, 2001).

A EBSEH se estabelece a partir do projeto de gestão empresarial para o setor público, com o discurso da eficiência baseada em uma lógica de mercado livre, mas sustentada por um Estado que limita as possibilidades de cidadania e participação social na gestão pública (Borges, Barcelos, Rodrigues, 2018). Por estas contradições, considerou-se importante levantar a produção científica sobre a EBSEH no Brasil. O interesse foi em responder a seguinte questão: com a adesão dos HUF à EBSEH houve impactos em relação ao controle social, trabalho e formação em saúde?

Este estudo objetivou analisar os impactos da adesão à EBSEH para o controle social, trabalho e formação em saúde nos hospitais universitários federais. Este trabalho é parte dos resultados da dissertação de Mestrado intitulada "Saúde, direito ou mercadoria? Uma análise a partir da gestão EBSEH nos hospitais universitários federais," defendida no Programa de Pós-Graduação em Ensino na Saúde da Universidade Federal de Goiás, no ano em que a aprovação da Lei 12.550/2011 completou 10 anos.

METODOLOGIA

Estudo qualitativo, analítico, realizado por meio de revisão sistemática conduzida pelo referencial teórico de Page, Mackenzie, Bossuyt *et al.* (2021) Higgins e Thomas (2019) e Braun e Clarke (2006).

O primeiro momento consistiu na delimitação da questão de investigação, que seguiu o modelo PICo (população, fenômeno de interesse, contexto) e formulou a seguinte pergunta: *Quais os impactos da adesão à EBSEH em relação ao controle social, trabalho e formação em saúde no âmbito dos Hospitais Universitários Federais?*

O segundo momento consistiu na identificação da produção científica, realizada a partir das bases de dados eletrônicas Scientific Electronic Library (SciELO), Medline (PUBMED), Literatura Latino-Americana e do Caribe (Lilacs), via Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) (Page, Mackenzie, Bossuyt, 2021; Higgins, Thomas, 2019) bem como, da base da literatura cinzenta Google Acadêmico (Canto, 2020).

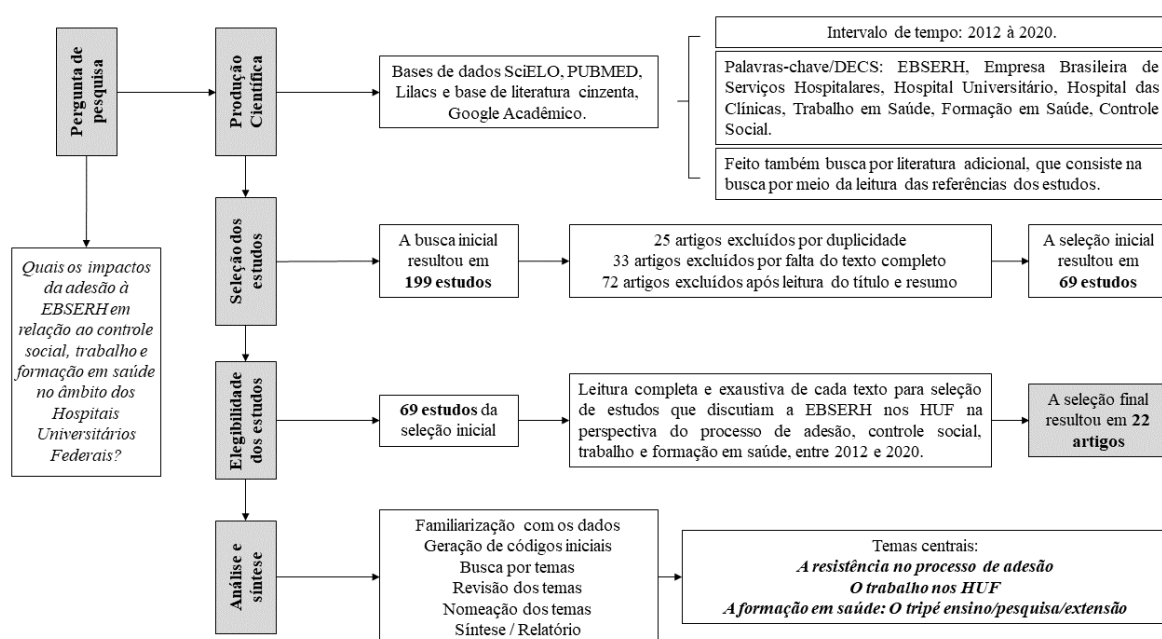
Definiu-se como intervalo de tempo das publicações o período de 2012 a 2020. As palavras-chave utilizadas e seus respectivos Descritores em Ciências da Saúde (DECS) foram: EBSEH, Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares, Hospital Universitário, Hospital das Clínicas, Trabalho em Saúde, Formação em Saúde, Controle Social. Os operadores lógicos *AND* e *OR* foram utilizados para realizar a combinação dos termos escolhidos na busca (Page, Mackenzie, Bossuyt, 2021; Higgins, Thomas, 2019). Ainda, foi efetuada a busca por literatura adicional, que consistiu na busca das referências dos estudos incluídos na etapa anterior (Canto, 2020). Importante situar que as etapas foram realizadas por dois pesquisadores que fizeram o levantamento de maneira conjunta e simultânea.

O terceiro momento constituiu na seleção dos estudos (Page, Mackenzie, Bossuyt, 2021; Higgins, Thomas, 2019). A busca inicial resultou em 199 artigos. Em seguida, foi feita exclusão de artigos em duplicidade nas bases de dados e que não possuíam disponibilidade

do texto completo, feito leitura do título e resumo que resultou na seleção inicial de 69 artigos. Posteriormente, foi feita leitura completa e exaustiva de cada texto, foram considerados elegíveis os estudos que discutiam a EBSEH nos HUF na perspectiva do processo de adesão, controle social, trabalho e formação em saúde, entre 2012 e 2020, resultando na seleção final de 22 artigos.

A última etapa foi a análise dos dados, realizada a partir do referencial da Análise Temática (AT) de Braun e Clarke (2006), um método para identificar, analisar e relatar padrões nos dados. A AT é dividida em seis etapas: familiarização com os dados, geração de códigos, agrupamento dos códigos (definição de temas), revisão dos temas, nomeação dos temas, produção do relatório acadêmico.

Figura 1: Momentos da revisão sistemática



Fonte: Elaborado pelos autores

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As 22 pesquisas retratam os impactos após adesão à EBSEH. As produções científicas abrangeram os Hospitais Universitários Federais (HUF) do Distrito Federal (DF) e 14 estados como segue: Santa Catarina (SC), Paraná (PR), Rio Grande do Sul (RS), Minas Gerais (MG), Espírito Santo (ES), Bahia (BA), Ceará (CE), Alagoas (AL), Maranhão (MA), Paraíba (PB), Pernambuco (PE), Sergipe (SE), Rio Grande do Norte (RN) e Amazonas (AM).

A partir da análise dos dados foram identificadas três (03) temas centrais nos hospitais sob gestão da EBSEH: *A resistência no processo de adesão; o trabalho nos HUF; a formação em saúde: o tripé ensino/pesquisa/extensão.*

A resistência no processo de adesão

Um total de 10 estudos abordaram aspectos relacionados à resistência ao Processo de adesão à EBSEH, nos quais foi possível a geração dos subtemas: ausência de diálogo com a comunidade universitária/democracia e enfrentamentos

Quadro 1: Resultados obtidos em HUF sob gestão da EBSEH, Processo de adesão à EBSEH, 2012-2020

Subtema	Resultados	Autores	Estado
Ausência de diálogo com a comunidade universitária e democracia:	Adesão à EBSEH se deu sem diálogo com a comunidade universitária. Em muitos estados ocorreu consulta pública, que foram desconsideradas.	Silva; Alves; Costa (2017)	AL
		Barroco; Pinheiro (2019)	AM
		Amorim (2017)	MA
		Teixeira; Mendonça; Lima (2018)	ES
		Júnior (2017)	RS
Enfrentamentos	Movimentos locais de resistências à adesão da universidade com a EBSEH (manifestações, consultas públicas, debates) por iniciativa de sindicatos, estudantes, trabalhadores e conselho de saúde	Kruger; Sobieranski; Moraes (2020)	SC
		Marinho (2016)	ES
		Teixeira (2015)	MG
		Leite (2017)	RN
		Gomes (2018)	MG

Fonte: elaborado pelos autores.

A análise dos artigos identificados nesta temática demonstrou que o movimento de adesão da EBSEH nos hospitais dos diferentes estados analisados, foi bastante tumultuado com manifestações e consultas públicas contrárias, debates e momentos de formação protagonizados por sindicatos, estudantes, trabalhadores e conselhos de saúde (Kruger, Sobieranski, Moraes, 2020; Marinho, 2016; Teixeira, 2015; Leite, 2017; Gomes, 2018).

Em âmbito nacional várias entidades integraram lutas contra o processo de privatização dos HUF e em defesa da saúde pública, destacando a Frente Nacional Contra a Privatização da Saúde, Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior,

Conselho Nacional de Saúde, Conselho Federal de Serviço Social, Executivas de Estudantes de Enfermagem e Medicina, FASUBRA, entre fóruns municipais e regionais (Correia, 2014; Cardoso, 2014; Fernandes, 2017).

O movimento de resistência aconteceu principalmente pela crítica ao movimento de terceirização, precarização do trabalho em saúde, perda da autonomia universitária, desarticulação do tripé ensino/pesquisa/extensão, com movimentos em âmbito nacional e movimentos locais de resistências (manifestações, consultas públicas, debates) por iniciativas de sindicatos, movimentos sociais, estudantes e trabalhadores. No geral, com ausência de diálogo com a comunidade universitária (Kruger, Sobieranski, Moraes, 2020; Marinho, 2016; Teixeira, 2015; Leite, 2017; Gomes, 2018).

Os movimentos de enfrentamento foram importantes porque na maioria das universidades, a decisão se deu de maneira monocrática, verticalizada, sem participação da comunidade acadêmica ou dos servidores do hospital (Kruger, Sobieranski, Moraes, 2020; Marinho, 2016; Teixeira, 2015; Leite, 2017; Gomes, 2018).

O desrespeito à democracia é destacado pois as universidades públicas de educação superior deveriam obedecer ao princípio da gestão democrática, assegurada a existência de órgãos colegiados deliberativos, de que participarão os segmentos da comunidade institucional, local e regional (Brasil, 1996).

O órgão de deliberação máxima nas Universidade Públicas que tem papel estratégico na gestão universitária é o conselho superior (Consuni), geralmente composto pelo reitor e seu vice, pró-reitores, representantes docentes, discentes e técnico-administrativos, diretores das unidades de ensino e representantes da comunidade acadêmica e dos diferentes setores da sociedade. Por sua composição, os conselhos tem como premissa desenvolver um modelo de governança participativo com o envolvimento das diferentes unidades e diferentes segmentos (docentes, discentes, funcionários, segmentos fora da Universidade). Os Consuni, ao assumirem a função de intermediação entre o Estado e a sociedade, contribuem para implementação de estratégias que viabilizam a gestão democrática (Barbosa, 2012).

No caso da aprovação da EBSEH, o que a produção científica demonstrou é que houve problemas no processo democrático e de ausência de diálogo com a comunidade. Na Universidade Federal de Santa Catarina por exemplo, foi registrado o desrespeito à decisão da comunidade acadêmica que rejeitou a EBSEH, mas o processo de aprovação da adesão

se deu por meio de reunião realizada em um quartel da Polícia Militar (Kruger, Sobieranski, Moraes, 2020). A verticalização de decisões apontadas nos estudos analisados contrasta com as orientações democráticas das legislações das universidades públicas (Silva, Alves, Costa, 2017), principalmente em uma decisão que atinge diretamente a autonomia universitária (Paula, 2016), a formação em saúde (Amorim, 2017), a relação de trabalho (ADUFPR, 2016) e a assistência à saúde no âmbito do SUS (March, 2012).

Vários autores também alertaram para o enfraquecimento da participação social, que é um princípio do SUS prevista na CF de 1988 e lei 8.142/1990. Os estudos de March (2012), Correia (2014) e Mesquita (2019) apontam a exclusão da diretriz de participação da comunidade nos hospitais onde a participação foi substituída no contexto da EBSEH pelos conselhos de administração, diretoria executiva, conselho fiscal e conselho consultivo (Brasil, 2011) que inviabilizam a participação cidadã nos espaços de discussão, elaboração, execução, decisão e fiscalização das políticas públicas dentro dos HUF.

Outros retrocessos identificados em relação à democracia e participação social, foi o processo de escolha dos dirigentes e diretores dos HUF como descrito nos HUF de Alagoas (Silva, Alves, Costa, 2017) e Santa Catarina (Kruger, Sobieranski, Moraes, 2020). Ainda, estudo realizado no HUF de Santa Catarina identificou o fechamento de leitos e serviços sem registro de diálogo com instâncias do Controle Social (Paula, 2016).

A ausência de diálogo com a comunidade universitária e o processo de resistência marcaram a produção científica sobre a EBSEH. Mais uma vez se reforça que a EBSEH é uma das articulações do processo de ataque aos direitos públicos para atender aos interesses do capital internacional em crise. Para atender aos ditames da política neoliberal os países periféricos se colocam no papel subalterno atendendo as imposições de executar uma agenda ações de austeridade como: ampliar privatizações, cortar de direitos e programas sociais e retirar de direitos trabalhistas. Ao invés da 'utopia da harmonia mercantil, a distopia da austeridade permanente é o destino maníaco do capitalismo neoliberal (Bastos, 2015, p.13).

Obviamente que estas imposições também são repassadas aos gestores das universidades, que diante da pressão tentam convencer a comunidade universitária a aprovar a EBSEH. Não havendo consenso acabam apelando para utilização de estratégias autoritárias, ferindo os princípios democráticos da universidade pública. Enfim, o que a produção científica apresentou é que diante deste quadro de imposição da adesão da

EBSEH, houve resistência com mobilização e enfrentamento por parte da comunidade acadêmica e sindicatos.

O trabalho nos HUF

Um total de 19 estudos abordaram aspectos relacionados ao tema Trabalho, que teve como centralidade a ampliação dos processos de precarização nos HUFs, sendo possível identificar três subtemas: persistência da insuficiência do quadro de trabalhadores(as), perda de direitos trabalhistas e piora das condições de trabalho.

Quadro 2: Resultados obtidos em HUF sob gestão da EBSEH, Trabalho, 2012-2020.

Subtema	Resultados	Autores	Estado
Persistência da insuficiência do quadro de trabalhadores(as)	Diminuição do quantitativo de servidores públicos RJU. Apesar da contratação de trabalhadores via CLT pela EBSEH e aumento de trabalhadores por meio de contratos com empresas terceirizadas, o quantitativo total de trabalhadores é insuficiente para atender as demandas dos HUF estudados.	Kruger; Sobieranski; Moraes (2020) Paula (2016)	SC
		Pinheiro (2019)	BA
		Marinho (2016)	ES
		Souto (2015)	DF
		Vieira (2017)	PB
		Silva; Alves; Costa (2017)	AL
		Santos (2017)	SE
		Amorim (2017)	MA
		Júnior (2017)	RS
		Gomes (2018)	MG
	Diminuição do quantitativo de servidores públicos RJU. identificação da contratação de trabalhadores via CLT pela EBSEH, e a partir de contratos com empresas terceirizadas sem especificar se o quantitativo total de servidores ativos é suficiente para atender a demanda dos HUF analisados.	ADUFPR (2016)	PR
		Afonso; Benevides (2020)	CE
		Mayer (2018)	RS
		Leite (2017)	RN
	Residentes são contabilizados na descrição do quantitativo de servidores dos HUF (quadro de pessoal).	Sales; Peixe (2020)	PR
		ADUFPR (2016)	PR
		Mayer (2018)	RS
Perda de Direitos Trabalhistas e piora das condições de Trabalho	Fim da contratação de servidores via RJU para CLT via EBSEH, o que representa a redução de direitos trabalhistas.	Pinheiro (2019)	BA
		Flausino (2015)	MG
		Gomes (2018)	MG
		Souto (2015)	DF
		Paula (2016)	SC
		Vieira (2017)	PB
		Afonso; Benevides(2020)	CE
		Silva; Alves; Costa (2017)	AL
		Teixeira; Mendonça; Lima (2018)	ES
		ADUFPR (2016)	PR
	Diversidade de vínculos empregatícios (RJU, CLT contratados pela EBSEH, CLT contratados por Fundações, contratos por tempo determinado,	Pinheiro (2019)	BA
		Flausino (2015)	MG
		Gomes (2018)	MG

cedidos por outros órgãos, terceirizados) e suas diferenças (carga horária, remunerações, direitos trabalhistas) gera conflitos entre os trabalhadores, distinção na hierarquia organizacional e dificuldade de organização de escalas	Marinho (2016) Teixeira; Mendonça; Lima (2018) Souto (2015) Paula (2016) Leite (2017) ADUFPR (2016)	ES DF SC RN PR
Recursos humanos insuficiente acarreta sobrecarga de trabalho levando a realização de plantões adicionais, afastamentos, pedidos de exoneração, adoecimentos e absenteísmo no trabalho	Kruger; Sobieranski; Moraes (2020) Paula (2016)	SC
Modelo de gestão baseado na gestão por metas, produtividade e redução de custos, torna o ambiente laboral competitivo e individualista, com trabalhadores sob estresse e esgotamento profissional	Pinheiro (2019) Barroco; Pinheiro (2019) Teixeira; Mendonça; Lima (2018) Gomes (2018)	BA AM ES MG

Fonte: Elaborado pelos autores

Na análise da produção científica a maioria dos artigos sugere que a implantação da EBSEH impactou na diminuição do quantitativo de servidores públicos por Regime Jurídico Único (RJU). A contratação de trabalhadores tem ocorrido por meio da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) em processos seletivos centralizados pela sede da EBSEH em Brasília e anunciados por edital público (Bravo, Pelaez, Menezes, 2019; Pinheiro, 2019; Afonso, Benevides, 2020).

Vários autores afirmam que esta situação fomenta o fim da realização de concursos públicos por meio do RJU, levando à extinção dos servidores públicos federais nos HUF (Bravo, Pelaez, Menezes, 2019; Flausino, 2015; Gomes, 2018; Paula, 2016; Pinheiro, 2019; Afonso, Benevides, 2020).

A forma de seleção dos trabalhadores por “concurso”, precedido de edital público, não assegura a estabilidade ou outras garantias trabalhistas previstas no RJU (Cardoso, 2014) e ainda, permite a existência de contratos temporários precarizados de trabalho (Cardoso, 2014; Andreazzi, 2019). Estes autores afirmam que o argumento para a contratação pela CLT é baseado no discurso da eficiência e eficácia, no qual a quantidade de serviços prestados, a produtividade e o cumprimento de metas deverão ser alcançados segundo os critérios da empresa (Cardoso, 2014; Andreazzi, 2019). Entretanto, para o trabalhador “uma vez não alcançados os objetivos da gestão, a demissão é certa” (Cardoso, 2014, p. 41).

A diversidade de vínculos identificada em vários estudos evidencia que com a adesão à EBSEH esta situação, que já existia no contexto das fundações de apoio, se intensificou, pois anteriormente, havia a perspectiva de substituição de pessoal por contratação pelo RJU

e minimização deste cenário (Pinheiro, 2019; Paula, 2016; ADUFPR, 2016; Cardoso, 2014). Vale ressaltar que a insuficiência de concursos públicos para o RJU nos HUF não é recente e corrobora para o atual contexto de diversas formas de vínculo empregatício nos HUF (Cardoso, 2014).

Com a EBSEH, há a diminuição do quantitativo de servidores públicos RJU e apesar da contratação de trabalhadores via CLT pela EBSEH e aumento de trabalhadores por meio de contratos com empresas terceirizadas, o quantitativo total de trabalhadores ainda é insuficiente para atender as demandas dos HUF estudados (Bravo, Pelaez, Menezes, 2019; Pinheiro, 2019; Afonso, Benevides, 2020).

A contratação pela EBSEH via CLT possibilitou a redução da precarização dos vínculos trabalhistas quando comparado com a contratação pelas fundações de apoio. Entretanto, o modelo de admissão da EBSEH para trabalhadores para os HUF representa a piora das condições contratuais e jurídicas quando comparado com o RJU (Rosa, 2019; Silva; 2019). Essa situação de precarização do trabalhador celetista, foi intensificada a partir de 2018 com a reforma trabalhista que possibilitou o estabelecimento de acordos entre empregador e empregado e reduziu direitos previstos na CLT (Garcia, 2019).

A lógica da terceirização dos serviços públicos, seguindo as orientações das políticas neoliberais, é de repassar para o âmbito privado a contratação de trabalhadores, contribuindo, para enfraquecer o potencial de organização da força de trabalho com a tática de ameaças ao desemprego ao mesmo tempo em que promove a subordinação dos trabalhadores às normas institucionais, sem possibilidade de posicionamento crítico (Cardoso, 2014; Mesquita, 2019). Estes autores afirmam que foram os trabalhadores RJU dos hospitais que mais se opuseram aos processos de privatizações dos HUF e se posicionaram na luta pela manutenção dos direitos da classe trabalhadora já consolidados nas políticas públicas.

Esse contexto de retirada de direitos se incorpora-se à piora das condições de trabalho (sobrecarga de serviço pela insuficiência de recursos humanos, conflitos pela diversidade de vínculos e suas diferenças, modelo de gestão) que resulta em estresse e esgotamento profissional, afastamentos, pedidos de exoneração, adoecimentos e absenteísmo no trabalho (Kruger; Sobieranski; Moraes, 2020; Paula, 2016; Pinheiro, 2019; Gomes, 2018; Teixeira; Mendonça; Lima, 2018).

No contexto do trabalho nos hospitais estudados, os residentes são incluídos no quantitativo de profissionais que possuem vínculo empregatício com o hospital. Entretanto, a inserção de profissionais em programas de residência não implica o estabelecimento de vínculo empregatício (Martins, Kuss, Wunsch, 2019).

As fragilidades na legislação dos programas de residência que flexibilizam seus projetos pedagógicos, podem levar à diminuição das horas destinadas ao ensino e pesquisa; extensa carga horária destinada ao trabalho e, ocupação pelos residentes de responsabilidades e espaços que são de atribuição dos profissionais do hospital. Esta situação, sugere a precarização dos programas de residência em saúde transformando o residente mão de obra barata (Amorim, 2017; Martins, Kuss, Wunsch, 2019).

Desta maneira, a implantação da EBSEH que foi feita por meio de diversas promessas da gestão federal em relação a contratação de trabalhadores pela EBSEH e o fim dos contratos irregulares via fundações de apoio, não ocorreu no patamar prometido e o quantitativo de trabalhadores na maioria dos HUF analisados ainda é insuficiente para atender as demandas dos HUF. E ainda, os trabalhadores vivenciam um contexto de perda de direitos trabalhistas e piora das condições de trabalho.

O que se constata é que a questão do trabalho na EBSEH está em sintonia com os princípios neoliberais, se orientando por uma modalidade de gestão baseada no empresariamento da saúde, ou seja, adotando formas de gerir o processo de saúde semelhante ao sistema privado (Lima, 2016), (Borges, Barcelos e Rodrigues, 2018). Esta lógica de trabalho diverge frontalmente dos princípios estabelecidos no movimento de reforma sanitária brasileiro na qual a perspectiva do trabalho no SUS envolve uma lógica de compreensão da saúde não mercadológica, da valorização do trabalho e da filosofia do direito à saúde e justiça social.

A formação em saúde: O tripé ensino/pesquisa/extensão nos HUF

Um total de 06 estudos abordaram aspectos relacionados ao tripé universitário na perspectiva (subtemas): ensino, pesquisa e extensão identificando as problemáticas em relação à filosofia dos HUF orientada pelos princípios do SUS e da universidade pública, em confronto com a lógica empresarial mercadológica da EBSEH.

Quadro 3: Resultados obtidos em HUF sob gestão da EBSEH, Ensino-pesquisa-extensão, 2012-2020

Subtema	Resultados	Autores	Estado
Ensino	Falta de espaços para práticas de estudante e espaços destinados às atividades de ensino dentro dos HUF.	Kruger; Sobieranski; Moraes (2020)	SC
		(2016)	
		Souto (2015)	DF
		Amorim (2017)	MA
		Oliveira (2019)	PE
	ADUFPR (2016)	PR	
	Pouca ou nenhuma integração multiprofissional entre trabalhadores e estudantes	Souto (2015)	DF
	Paula (2016)	SC	
	Oliveira (2019)	PE	
	Contratos e convênios com instituições de ensino privadas para ocupação de espaços de prática no HUF, o que reduz a oferta de cenário de prática aos estudantes da universidade federal	Amorim (2017)	MA
	O modelo de gestão baseado na redução de custos interfere na qualidade das atividades práticas	Amorim (2017)	MA
	Falta de preceptores para atender as demandas de estágio da universidade	Paula (2016)	SC
	Nas residências, persiste a diminuição das horas destinadas às atividades de ensino e pesquisa, por falta de espaço físico e pela excessiva carga horária destinada ao trabalho.	Amorim (2017)	MA
Pesquisa	Maior burocracia nos processos envolvendo a realização de pesquisa no HUF	Paula (2016)	SC
	Espaços físicos destinados à pesquisa no interior do HUF cedidos à empresas privadas por meio de contratos e convênios	Amorim (2017)	MA
Extensão	Falta de espaços para desenvolver atividades de extensão no HU	Paula (2016)	SC

Fonte: Elaborado pelos autores

Com a análise da produção científica foi possível observar que o tema ensino/pesquisa/extensão foi pouco explorado nos estudos e quando ocorreu, as principais problemáticas identificadas foram: diminuição dos espaços para práticas de estudantes, dificuldades de integração multiprofissional entre trabalhadores e estudantes, falta de preceptores, diminuição de horas de ensino nas residências (Paula, 2016; Souto, 2015; Amorim, 2017; ADUFPR, 2016; Oliveira, 2019; Kruger, Sobieranski, Moraes, 2020).

Segundo o Ministério da Educação (2023) os HU são centros de formação de recursos humanos e de desenvolvimento de tecnologia para a área de saúde, para uma efetiva

prestação de serviços à população possibilitando o aprimoramento constante do atendimento e a elaboração de protocolos técnicos para as diversas patologias. Isso colabora para melhores padrões de eficiência, à disposição da rede do Sistema Único de Saúde (SUS). Além disso, oferecem programas de educação, prestam apoio ao ensino, à pesquisa e à extensão das instituições federais de ensino superior às quais estão vinculados (Brasil, 2023).

A missão institucional fortemente ancorada no binômio ensino-assistência é a marca central de todos os HUF estudados. Segundo os autores, predomina o modelo baseado no binômio ensino e assistência e que a atividade de pesquisa e extensão ainda não foram institucionalizadas na maior parte dos HUF estudados (Paula, 2016; Souto, 2015; Amorim, 2017; ADUFPR, 2016; Oliveira, 2019; Kruger; Sobieranski, Moraes, 2020).

Como já foi discutido anteriormente a formação profissional nos HUF não se limite à uma formação tradicional nos moldes biomédicos, tem uma forte vinculação ao SUS, confrontando frontalmente com a lógica liberal, privatista e mercadológica que orienta a EBSEH. Institucionalmente se baseia nas Diretrizes Curriculares dos cursos da saúde, e também por outros documentos de ensino de cursos técnicos e cursos de pós graduação (residências, mestrados e doutorados) considerando a integração ensino-serviço-comunidade e articulação com a Atenção Primária à Saúde (Brasil, 2007; Dias, Lima, Teixeira, 2013).

Os HUF seguem assim um modelo formativo que atenda necessidades técnicas do SUS, mas não só isto, está orientado também para um pensamento crítico orientado para a ampliação das consciências individuais e coletivas dos profissionais e futuros profissionais da rede pública de saúde quanto à concretização dos princípios filosóficos do SUS (Lemos, 2010).

Há um consenso que os HUF desempenham um importante papel de ensino e prática de estudantes nas universidades públicas (Amorim, 2017). E neste sentido, para além do ensino de práticas assistenciais torna-se imprescindível oportunizar espaços de aprendizagem envolvendo o controle social, o fortalecimento do SUS, a integração com a Rede de Atenção à Saúde, a educação permanente, entre outros.

Na visão de Oliveira (2000) a estrutura de gestão da EBSEH fundamentada na lógica do mercado pode interferir na qualidade da formação para o SUS pelo distanciamento com o modelo de gestão dos demais serviços públicos de saúde. O modelo empresarial é apontado enquanto dificultador das práticas de ensino, ao fundamentar a gestão na redução

de custos e aumento do lucro que confronta diretamente a perspectiva da saúde como direito.

Os confrontos com a filosofia do SUS também acontecem pela aproximação da EBSEH com a lógica da privatização. O estudo de Correia (2014) e Andreazzi (2019) consideraram que a EBSEH ilude por trazer a falsa percepção de ser estatal, mas que em sua essência, tem em sua essência a filosofia empresarial de caráter privado e colabora para um processo formativo referenciados em mecanismos da lógica mercantil.

Um exemplo de como a lógica de mercantilização pode atingir os HUF e a formação em saúde é de que o MEC apresentou em julho de 2019 o projeto Future-se (Brasil, 2019), neste documento foi inserida a proposta de alteração da lei nº 12.550/2011 retirando a exclusividade de atendimento pelo SUS ao incluir um artigo que autorizava o atendimento nos hospitais universitários por meio de convênios com planos privados de assistência à saúde. Após muita mobilização de sindicatos das universidades e de movimentos em defesa do SUS, uma nova versão do Future-se foi apresentada em janeiro de 2020 e não mais constava essa alteração (Brasil, 2020).

Em relação à pesquisa, os principais problemas relatados foram maior burocracia envolvendo a pesquisa e espaços físicos da pesquisa cedidos à iniciativa privada. Neste contexto Albuquerque (2017) e Andreazzi (2019) também denunciam que o interesse mercantil pode ser impulsionado dentro dos HUF de maneira que o desenvolvimento de pesquisas clínicas priorize fontes privadas de financiamento e utilização econômica dos espaços dos hospitais universitários para atividades de ensino privadas.

Deste modo a produção científica sobre a EBSEH demonstrou as contradições entre o modelo de ensino mercantilista, neoliberal e o modelo de ensino no SUS e movimento de reforma sanitária. Esta é uma questão muito importante a ser destacada para aqueles que ainda defendem ideologicamente que a EBSEH continua a se orientar pelos mesmos princípios do SUS, que em sua essência está bem distante da lógica liberal, das metas de produtividade, da racionalidade mercadológica e privatizante que este modelo de gestão neoliberal traz como possibilidades aos estudantes da saúde.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo objetivou analisar a produção científica sobre os impactos da EBSEH nos Hospitais Universitários Federais (HUF) em relação ao controle social, trabalho e formação

em saúde. Em relação ao controle social as produções evidenciaram a ausência de democracia e diálogo no processo de adesão, que gerou um processo de enfrentamento em relação à lógica empresarial mercadológica da empresa. Em relação ao trabalho identificou-se um acirramento das relações de precarização com a persistência da insuficiência do quadro de trabalhadores(as), perda de direitos trabalhistas e piora das condições de trabalho. Em relação à formação em saúde identificou-se contradições em relação à filosofia dos HUF considerando o tripé ensino/pesquisa/extensão orientada pelos princípios do SUS e da universidade pública e gratuita, em confronto com a lógica empresarial mercadológica da EBSEH. Numa síntese sobre os impactos da EBSEH nos HUF, pode-se destacar:

- a) Diminuição do quantitativo de servidores RJU nos HUF e apesar das contratações CLT/EBSEH o quantitativo de trabalhadores é insuficiente para atender as demandas dos HUF estudados;
- b) Trabalhadores sob estresse e esgotamento profissional, afastamentos, pedidos de exoneração, adoecimentos e absenteísmo no trabalho;
- c) Redução de direitos trabalhistas com o fim da contratação de servidores via RJU;
- d) Residentes contabilizados enquanto quadro de pessoal, o que pode representar uma estratégia para dar invisibilidade ao déficit de profissionais de saúde;
- e) Adesão à EBSEH ocorreu sem diálogo com a comunidade universitária e houve movimentos locais de resistências à adesão da universidade com a empresa por iniciativa de sindicatos, estudantes, trabalhadores e conselho de saúde;
- f) Falta de espaços para alocação de estudantes e para desenvolver atividades de extensão e de condições para a integração multiprofissional;
- g) Maior burocracia nos processos envolvendo realização de pesquisas nos HUF;
- h) Redução da oferta de cenário de prática aos estudantes por aumento dos contratos e convênios com instituições privadas;
- i) Predomina o modelo baseado no binômio ensino e assistência e que a atividade de pesquisa e extensão ainda não foram institucionalizadas na maior parte dos HUF estudados.

Este estudo que se debruçou na análise da produção científica sobre os impactos da EBSEH nos HUF e sugere que os novos modelos de administração indireta, orientados na lógica do mercado como a EBSEH estão longe de ser a solução para a melhoria do acesso e da qualidade dos serviços públicos de saúde, pois são fundamentados em um lógica que se

articulam ao interesses mercadológicos pautados pela lucratividade, meritocracia, ataque aos direitos, ausência da participação da comunidade e precarização do trabalho. Fundamentos que divergem do processo histórico de construção do movimento da reforma sanitária brasileira que se iniciou na década de 1970 e que é responsável pela criação de uma nova concepção de direito à saúde no Brasil.

Neste sentido torna-se importante retomar e intensificar estudos sobre o processo de terceirização/privatização dos HUF, considerando desde as questões estruturais e de trabalho, até as questões da formação em saúde considerando o tripé ensino/pesquisa/extensão. Isto exige uma revisão dos contratos da EBSEH com os HUF que em sua maioria foram firmados de forma antidemocrática a partir de períodos bastante longos. Também a retomada da agenda de luta dos financiamentos dos HUF a partir da lógica pública e cem por cento estatal. Nesse sentido, há necessidade de ampliar o papel da participação social, bem como, avaliar as estratégias de retomada da gestão dos HUF pelas universidades.

Hastear a bandeira “Saúde não é mercadoria” neste front de disputa entre um projeto do capital e o processo societário de justiça social é uma tarefa urgente para todos que acreditam numa sociedade digna e de direito de igualdade, para trabalhadores, estudantes, pesquisadores e usuários dos hospitais universitário e do SUS. Esta análise da produção científica sobre a EBSEH deixa evidente que o fortalecimento do SUS e do movimento da reforma sanitária implica em resistir aos desmandos do projeto neoliberal que insiste em considerar mais a lucratividade dos que os projetos societários pautados pela dignidade humana e pela defesa da vida!

REFERÊNCIAS

ADUFPR. Associação dos Professores da Universidade Federal do Paraná. *Dossiê contra a atuação da EBSEH no complexo do HC-UFPR*. Disponível em: <http://apufpr.org.br/wp-content/uploads/2016/06/Dossi%C3%AA-EBSEH-vers%C3%A3o-final.pdf>. Acesso em 03 de Janeiro de 2024.

AFONSO, Erica M. A.; BENEVIDES, Marinina G. A EBSEH como nova opção para os Hospitais Universitários. *Revista Inovação & Tecnologia Social*, número 3, 2020.

ALBUQUERQUE, Géssica O. *O debate sobre a EBSEH em instâncias de controle social: um estudo exploratório*. Dissertação, Programa de Pós-graduação em Política Social UNB, 2017.

ALMEIDA, Thomas A. F. *Fundações de Apoio – Regime Jurídico – Autonomia Universitária*. Dissertação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Mestrado em Direito, 208 páginas, 2013.

ALMEIDA NETO, Francisco L. *A Faculdade de Medicina de Goiás*. Goiânia, 2001. Disponível em: <https://medicina.ufg.br/n/25842-depoimento-francisco-ludovico>. Acesso em 03 de Janeiro de 2024.

AMORIM, Beatriz P. R. *Privatização e mercantilização da saúde-educação: um estudo sobre a EBSEH no hospital universitário da UFMA*. Universidade Federal do Maranhão, Dissertação, 109 páginas, 2017.

ANDREAZZI, Maria F. S; MESQUITA, Lucas I. S. Autonomia universitária e a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares. *Revista Direito Sanitário*, volume 20, número 2, 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. *Hospitais Universitários*. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/hospitais-universitarios>. Acesso em 03 de Janeiro de 2024.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Câmara dos Deputados, 1998.

BRASIL. Decreto nº 7.082, de 27 de janeiro de 2010. Institui o Programa Nacional de Reestruturação dos Hospitais Universitários Federais - REHUF. *Diário Oficial da União*, Edição Extra, Brasília, 27 jan. 2010.

BRASIL. Lei nº 12.550, de 15 de dezembro de 2011. *Diário Oficial da União*, Brasília, 16 dez. 2011.

BRASIL. Tribunal de Contas da União – TCU. Acórdão número 1520 de 2006 – Plenário. Disponível em: <https://contas.tcu.gov.br/pesquisaJurisprudencia/#/pesquisa/acordao-completo/2078420057.PROC>. Acesso em 03 de janeiro de 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Programa Institutos e Universidades Empreendedoras e Inovadoras – FUTURE-SE. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/busca-geral/12-noticias/acoes-programas-e-projetos-637152388/78351-perguntas-e-respostas-do-future-se-programa-de-autonomia-financeira-do-ensino-superior>. Acesso em: 16 de abril de 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. Ministério da Educação. *Pró-saúde: Programa Nacional de Reorientação da Formação Profissional em Saúde*. Brasília, 2007.

BARBOSA, Selma M. O papel dos conselhos na construção democrática da gestão das escolas e dos sistemas. *Revista IBEROAMERICANO*, 2012.

Barros RT. Modelos de gestão na administração pública brasileira: reformas vivenciadas pelos hospitais universitários federais. RMP -Revista dos Mestrados Profissionais. Jan./jun. 2013 [Acesso em 24 ago 2015], 2 (1): 252-280. Disponível em: <http://www.repositorios.ufpe.br/revistas/index.php/RMP/article/view/325>

BASTOS, Pedro P. Z. Austeridade para quem? A crise global do capitalismo neoliberal e as alternativas no Brasil. *Instituto de economia UNICAMP*, 2015.

BRAUN, Virginia; CLARKE, Victoria. Using thematic analysis in psychology. *Revista Qualitative Research in Psychology*. Volume 3, número 2, página 77, 2006.

BRAVO, Maria I. S.; PELAEZ, Elaine J; MENEZES, Juliana S. B. A Saúde nos governos Temer e Bolsonaro: o SUS totalmente submetido ao mercado. *Anais do 16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais*. Disponível em: <http://broseguini.bonino.com.br/ojs/index.php/CBAS/article/view/1878>. Acesso em: 03 de janeiro de 2024.

BRAVO, Maria I. S.; ANDREAZZI, Maria F. S. Política de saúde e a formação dos trabalhadores no Sistema Único de Saúde. *Revista LIBERTAS*, volume 19, número 2, 2019.

BORGES, Janiele C. P.; BARCELOS, Marcio; RODRIGUES, Marcio S.; Empresarização da saúde pública: o caso da EBSEH. *Revista pensamento contemporâneo em administração*, volume 12, número 4, 2018.

CANTO, Graziela L. Revisões Sistemáticas da Literatura. 1º Edição, *Editora Brasil Publishing*, 2020.

CARDOSO, Renata O. O processo de contrarreforma do Estado brasileiro e a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares: a privatização mascarada dos Hospitais Universitários. *Cadernos de Saúde: a saúde nos Governos do Partido dos Trabalhadores e as Lutas Sociais Contra a Privatização*. 1º edição, Rio de Janeiro: UERJ, Rede Sirius, 2014.

CORREIA, Maria V. C. EBSEH: Lutas e resistências à lógica mercantil nas Universidade. *Cadernos de Saúde UERJ–Faculdade de Serviço Social*, 2014.

CORREIA, Jaidete O. *et al.* A Contrarreforma na Política de Saúde: Adesão da EBSEH no município de Campina Grande - Paraíba. II Seminário Nacional de Serviço Social, *Trabalho e Políticas Sociais*, UFSC, Florianópolis, 2017.

DIAS, Henrique S.; LIMA, Luciana D.; TEIXEIRA, Márcia. A trajetória da política nacional de reorientação da formação profissional em saúde no SUS. *Ciência & Saúde Coletiva*, volume 18, número 6, p. 1613-1624, 2013.

EBSEH. Sobre os Hospitais Universitários Federais. Disponível em: <https://www.ebserh.gov.br/index.php/hospitais-universitarios-federais>. Acesso em: 03 de janeiro de 2024.

FERNANDES, Rafaela B. *Da conquista ao desmonte: um estudo sobre os (des)caminhos da política de saúde em tempos de Ebserh*. Dissertação, 145 páginas, Universidade de Brasília, Departamento Serviço Social, Programa de Pós-graduação em Política Social, 2017.

GARCIA, Italo. 7 pontos da Reforma Trabalhista que tornarão a vida do trabalhador brasileiro um inferno. *Esquerda Diário*. Disponível em: <http://www.esquerdadiario.com.br/7-pontos-da-Reforma-Trabalhista-que-tornarao-a-vida-do-trabalhador-brasileiro-um-inferno>. Acesso em: 03 de janeiro de 2024.

GOMES, Nairana A. N. *As condições e relações de trabalho dos profissionais de saúde do Hospital de Clínicas da UFTM a partir da gestão da EBSEH*. Dissertação, Mestrado em Serviço Social, Universidade Paulista, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, 155 páginas, 2018.

GUIMARAES, Ana L; MARTINS, Vidigal F. Hospitais Universitários Federais e a EBSEH: As possíveis alterações e consequências nas estruturas organizacionais dos Hospitais Universitários Federais Brasileiros. *Revista E-Locução*, edição 07, ano 4, 2015.

HIGGINS, Julian P. T; THOMAS, James. Cochrane handbook for systematic reviews of interventions. *The Cochrane Collaboration*, version 6, 2019. Disponível em: <https://training.cochrane.org/handbook/current>. Acesso em: 03 de janeiro de 2024.

KRUGER, Tânia R; MORAES, Bruna V; SOBIERANSKI, Cristiane B. EBSEH no HU da UFSC: da resistência à gestão pela empresa. *Revista Katál*, volume 23, número 01, 2020.

LEITE, Tâmara G. L. *O processo de Privatização da Saúde no Brasil: uma análise da implantação da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSEH) no Hospital Universitário Ana Bezerra (HUAB)*. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de ciências sociais aplicadas, departamento de serviço social. TCC, 58 páginas, 2017.

LIMA, Bruno J. M. *Uma análise das práticas de implantação da ebserh nos hospitais universitários e de seus efeitos, a partir de 2010*. Dissertação, universidade federal do para instituto de filosofia e ciências humanas programa de pós-graduação em psicologia, Dissertação, Programa de pós-graduação em psicologia, Universidade Federal do Pará, 132 páginas, 2016.

LUCCAS, Daiane S. *et al.* A história das Políticas Públicas de Saúde e dos Hospitais de Ensino: uma Revisão Bibliográfica. *Revista Investigação Qualitativa em Saúde*, volume 2, 2016.

MARCH, Claudia. A Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares, universidades públicas e autonomia: ampliação da subordinação à lógica do capital. *Revista Universidade e Sociedade*, número 49, 2012.

MARINHO, Ricardo N. *Implicações estruturais e comportamentais na implementação do modelo de gestão da EBSEH em um Hospital Universitário*. Dissertação, Universidade Federal do Espírito Santo, Programa de Pós-graduação em Administração, 2016.

MARTINS, Juliana; KUSS, Cristine; WUNSCH, Dolores S. A precarização dos programas de residência em saúde: uma faceta da tentativa de desmonte do SUS. *Revista Humanidades e Inovação*, volume 6, número 17, 2019.

MEDICI, Andre C. Hospitais Universitários: passado, presente e futuro. *Revista Associação Médica do Brasil*, volume 47, número 2, 2001.

MENDES, Aquilas; CARNUT, Leonardo. Capital, Estado, Crise e a Saúde Pública brasileira: golpe e desfinanciamento. *SER Social*, [S. l.], v. 22, n. 46, p. 9–32, 2020. DOI:

10.26512/ser_social.v22i46.25260. Disponível em:

https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/25260. Acesso em: 4 jun. 2024.

MENDES, Áquilas; MARQUES, Rosa M. O financiamento do SUS sob os “ventos” da financeirização. *Revista Ciência & Saúde*, número 14, volume 3, 2009.

MESQUITA, Lucas I. S. *Mercantilização do Direito Constitucional à Saúde no Brasil*. Dissertação, Programa de Pós-graduação em Direito Público – UFAL, 2019.

MORAES, Roque; GALIAZZI, Maria C. *Análise Textual Discursiva*. Segunda edição. Editora Unijuí, 2011.

OLIVEIRA, Thatiane B. T. *Da proposição à realização: a experiência da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares no ensino de um hospital universitário federal*. Dissertação. Universidade Federal de Pernambuco, Programa de Pós-graduação em Educação, 2019.

PAULA, Renata B. *Desafios da gestão do HU/UFSC, após a criação da EBSEH pelo governo federal*. Dissertação, 316 páginas, Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Socioeconômico, Programa de Pós-graduação em Administração Universitária, 2016.

PAGE, Matthew J; MCKENZIE, Joanne E; BOSSUYT, Patrick M. *et al*. The PRISMA 2020 statement: an updated guideline for reporting systematic reviews. *BMJ*, volume 372, número 71, 2021.

PIMENTA, Maria E. B. *Uma análise das Fundações de Apoio como mecanismos de captação de recursos*. Dissertação, Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Socioeconômico, 249 páginas, 1988.

PINHEIRO, Karina F. *Os efeitos da EBSEH na gestão dos recursos humanos dos hospitais universitários federais*. Dissertação, Programa de Pós-graduação em Políticas Sociais e Cidadania - Universidade Católica de Salvador, 2019.

PINHEIRO, Karina F; BORGES, Angela M. C. Os efeitos da EBSEH na gestão dos recursos humanos dos hospitais universitários federais. *Cadernos do CEAS*, número 247, Salvador, 2019.

REZENDE, Joffre M. *Vertentes da Medicina*. São Paulo: Giordano, 2001.

ROSA, Maria E. *A implantação da EBSEH e a gestão do trabalho dos hospitais universitários federais*. Monografia, Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, 33 páginas, 2019.

SANTOS, Boaventura S. *A Cruel Pedagogia do Vírus*. Coimbra: Edições Almedina. 2020.

SILVA, Mayara D. *A política de saúde no contexto de contrarreforma: a EBSEH em destaque*. Anais, XX Encontro Latino Americano de Iniciação Científica, XVI Encontro Latino Americano de Pós-Graduação e VI Encontro de Iniciação à Docência – Universidade do Vale do Paraíba, 2016. Disponível em: https://www.inicepg.univap.br/cd/INIC_2016/anais/arquivos/0954_0679_01.pdf. Acesso em 03 de janeiro de 2024.

SILVA, Gildete F.; ALVES, Francielle V.; COSTA, Regina C. *A implantação da EBSEH no HUPAA/UFAL: impactos nos recursos financeiros, nos serviços, no quadro de pessoal e no ensino*. Anais do sétimo seminário da frente nacional contra privatização da saúde, 2017.

SILVA, Mayara D; CLEMENTINO, Milca O; SILVA, Alessandra X. *A Política de Saúde no contexto de Contrarreforma do Estado brasileiro e os novos modelos de gestão*. Anais do sétimo seminário da frente nacional contra privatização da saúde, 2017.

SODRE, Francis. *et al.* Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares: um novo modelo de gestão? *Revista Serviço Social e Sociedade*, número 114, 2013.

TEIXEIRA, Enio H. A (in)suficiência de recursos descentralizados pela EBSEH ao HUF da UFJF após a adesão da gestão compartilhada. *XVI Colóquio internacional de gestão universitária*, Argentina, 2015.

Dados de autoria

Cássio Henrique Alves de Oliveira

Enfermeiro Sanitarista. Graduado em Enfermagem (PUC Goiás). Especialista em Saúde Pública e Saúde da Família e Comunidade, Auditoria em Serviços de Saúde (CEAPG) e Avaliação de Serviços de Saúde (UFPEL). Mestre em Ensino na Saúde pelo Programa de Pós-Graduação em Ensino na Saúde da Universidade Federal de Goiás (PPGES/UFG). Doutorando em Epidemiologia pelo Programa de Pós-Graduação em Medicina Tropical e Saúde Pública da Universidade Federal de Goiás (PPGMTSP/UFG). E-mail: cassioolive@live.com. ORCID: <https://orcid.org/0009-0001-3593-5290>.

Cristiane Lopes Simão Lemos

Possui graduação em Odontologia pela Universidade Federal de Uberlândia (1995), mestrado em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia (2003) e doutorado em Educação pela Universidade Federal de Goiás (2010). Atualmente, é professora associada no Instituto de Ciências Biológicas da Universidade Federal de Goiás (UFG), onde também leciona nos programas de Mestrado Profissional em Saúde Coletiva e Mestrado Profissional em Ensino em Saúde. Atualmente, realiza pós-doutorado no Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva da Universidade Simón Bolívar e no Programa de Pós-Graduação em Ensino em Saúde da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). É coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação, Trabalho e Saúde. Sua linha de pesquisa está focada na educação, trabalho e saúde, com ênfase nas determinações sociais em saúde e na Pedagogia Histórico-Crítica. E-mail: cristiane_lemos@ufg.br.

Jacqueline Rodrigues de Lima

Graduação em Enfermagem em 1989 pela Faculdade de Enfermagem da Universidade Federal de Goiás (FEN/UFG). Mestrado em Enfermagem em 1997 pela Faculdade de Ciências da Enfermagem da Universidade de Montreal. Doutorado em Saúde pública pela Faculdade de Medicina da Universidade de Montreal, Canadá. Professora adjunta na FEN. Docente colaboradora no Programa de Pós-graduação em Ensino na Saúde da UFG (PPGES/UFG). Diretora do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES-SN) nas gestões 2016-2018, 2018-2020, 2025-2027. E-mail: jlina@ufg.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0026-9662>.